



**INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025**

Preservar e valorizar as conquistas
alcançadas, construindo um futuro melhor



CONFIRA AINDA NESTA EDIÇÃO

- Com mais de 40 anos de serviço público, Isaías Afonso é o Rosto da Casa desta edição.
- Estevão Pedro traz para Reflexão a saída de Angola da OPEP.
- A Luta pela Independência — A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC, de Dalila Cabrita Mateus é a nossa Sugestão de Leitura.



REFINARIA DE CABINDA ENTRA EM ACTIVIDADE EM SETEMBRO DESTE ANO

João Lourenço fez o anúncio na abertura da Feira de Municípios e Cidade de Angola, em Benguela.



ANGOLA E NAMÍBIA REFORÇAM PARCERIA ESTRATÉGICA NOS HIDROCARBONETOS E RECURSOS MINERAIS

O encontro serviu para discutir novas formas de cooperação bilateral.



MIREMPET MARCA PRESENÇA NA FMCA 2025

A V edição da Feira, decorreu de 9 a 11 de Agosto, em Benguela, contou com a participação da ANRM, ANPG, IRDP, IGEO, Endiama, INP e Sodiam.

REFINARIA DE CABINDA ENTRA EM ACTIVIDADE EM SETEMBRO DESTE ANO



O Presidente da República, João Lourenço, anunciou, a 9 de Agosto, que a inauguração da Refinaria de Cabinda será em Setembro de 2025. O projecto visa reduzir a dependência de Angola da importação de combustíveis refinados do petróleo.

A infraestrutura tem a capacidade de refinação de 60 mil barris de petróleo por dia, estando a fase inicial projectada para processar 30 mil barris de petróleo por dia. Vai criar cerca de 2.000 postos de trabalho, sendo 400 directos. O financiamento está a cargo das empresas Gemcorp Holdings Limited (90%) e da estatal angolana Sonangol (10%).

O projecto faz parte de uma estratégia do Executivo angolano para reduzir a dependência de Angola à importação de derivados de petróleo, optimizando a refinação no país.



LUNDAS NORTE E SUL GANHAM NOVAS INFRAS-ESTRUTURAS DE ENSINO FINANCIADAS PELA ENDIAMA E SODIAM



O Presidente da República João Lourenço, inaugurou a 14 de Agosto, o novo Campus da Universidade Lueji A'Nkonde, infra-estrutura com capacidade para receber mais de 3.120 estudantes, que numa primeira fase, irá ministrar os cursos de Direito e Economia, com planos de expansão para novas áreas como Contabilidade e Auditoria, Engenharia, Ciências da Saúde e Agropecuária.

Com um investimento superior a 69 milhões de dólares, feito pela Endiama, no âmbito da sua responsabilidade social, o campus está equipado com laboratórios de última geração, biblioteca moderna e salas de aula preparadas para acolher milhares de estudantes, sobretudo jovens da região Leste do país, que agora contam com oportunidades de crescimento académico, sem precisar de se deslocar para outras províncias.

O campus ocupa uma área de mais de 85 mil m² e está equipado com: 87 salas de aula, 3 salas para julgamentos simulados, Biblioteca, auditório, áreas administrativas e de lazer.

Instituto Politécnico

No dia 15 de Agosto, a província da Lunda Sul

testemunhou a inauguração do Instituto Politécnico da Universidade Lueji A'Nkonde, uma infra-estrutura de erguida com um investimento superior a 47 milhões de dólares, financiado pela Sodiam.

O complexo académico tem a capacidade para 1 806 estudantes por turno, integra 57 salas de aula (com capacidade para 30 estudantes cada), 2 salas magnas, 11 laboratórios especializados, 1 sala de informática, 6 gabinetes de trabalho, além de posto



médico de primeiros socorros, auditório, biblioteca e campos desportivos, entre outras valências modernas que asseguram condições de excelência

para o ensino técnico e científico.

Segundo o Ministro Diamantino Azevedo, estas inaugurações são a concretização de um compromisso do Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás com a transformação social. "É um investimento estratégico na juventude do país e na criação de oportunidades que lhes permitam contribuir activamente para o desenvolvimento local e nacional", enfatizou.

Aos jovens o governante deixou o seguinte apelo: "aproveitem ao máximo esta oportunidade singular de acesso a um ensino de excelência, que sejam agentes activos de transformação social, cultural e

económica de Angola. Assumam o desafio de construir, com empenho e dedicação, um futuro promissor para o nosso País e para a melhoria da qualidade de vida da nossa população".

Estas inaugurações, enquadradas nas comemorações dos 50 anos da Independência Nacional, reafirmando o compromisso do Governo angolano com a juventude e o desenvolvimento regional, promovendo inclusão educacional e oportunidades reais de crescimento académico e profissional, elevando a cidade de Saurimo a novo pólo de conhecimento e inovação no país.

ANGOLA REITERA APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÉ MINISTERIAL AD-HOC DA CIRGL



O Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Victor, reiterou, a 31 de Julho, o apoio do país à implementação do Comité Ministerial Ad Hoc criado na reunião extraordinária de Ministros das Minas da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), realizada em Lusaka, Zâmbia, em Maio de 2025.

O pronunciamento foi feito na 19ª Reunião Ordinária dos Ministros das Minas da CIRGL, realizada em Kinshasa, República Democrática do Congo, onde o governante destacou a importância do diálogo e da cooperação entre os países membros para encontrar soluções

regionais para os conflitos, defendeu a revisão e a actualização das seis ferramentas da iniciativa regional, implementadas há 15 anos.

"Defendemos a promoção do comércio entre os Estados-membro, bem como o incremento local de valor acrescentado aos nossos recursos minerais, expressando o nosso total acordo com o Relatório apresentado", declarou.

A delegação angolana esteve integrada por Miguel Costa, Embaixador de Angola na RDC; Estanislau Buio, Coordenador Nacional do Processo de Kimberley; Luís Baptista António, Director do Gabinete de Intercâmbio do MIREMPET; bem como representantes do Ministério das Relações Exteriores.

Participaram igualmente no encontro os demais 11 Ministros dos países-membros da CIRGL.



CIRGL

ANGOLA E NAMÍBIA REFORÇAM PARCERIA ESTRATÉGICA NOS HIDROCARBONETOS E RECURSOS MINERAIS



O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás de Angola recebeu, a 7 de Agosto, uma delegação da Namíbia, liderada pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Indústria, Minas e Energia, Natangwe Ithate, para discutir novas formas de cooperação bilateral.

Durante o encontro, presidido pelo Secretário de Estado angolano para o Petróleo e Gás, José Barroso, foram debatidos projectos conjuntos de exploração e logística petrolífera, com destaque para o interesse da Namíbia em adoptar modelos institucionais angolanos.

O Ministro Namibiano expressou o desejo de ver a NAMCOR a trabalhar lado a lado com a Sonangol para implementar uma estrutura semelhante à angolana no seu país. “Queremos construir uma logística de petróleo igual à de Angola”, afirmou Ithate. Além disso, a delegação namibiana confirmou presença em dois grandes eventos do sector, nomeadamente na "Conferência Internacional de Minas" (AIMC 2025), nos dias 22 e 23 de Outubro, e "Angola Oil & Gas", agendada para 3 e 4 de Setembro do corrente ano, ambas em Luanda.

Essa aproximação reforça os laços entre os dois países e abre caminho para novas oportunidades de desenvolvimento regional.

Da parte angolana, participaram no encontro, o Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Vítor, representantes dos Órgãos Tutelados e directores do MIREMPET.

SECTOR MARCA PRESENÇA NA FMCA 2025



O Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás participou da V edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA- 2025), que aconteceu de 9 a 11 de Agosto, na província de Benguela.

A delegação ministerial foi chefiada pelo Secretário de Estado para Petróleo e Gás e contou com a presença das instituições tuteladas. A ANRM apresentou informações ligadas ao compromisso com as boas práticas na actividade

mineira; a ANPG evidenciou a responsabilidade social e o conteúdo local; o IRDP expôs os mecanismos de licenciamento e fiscalização que promovem transparência e a qualidade na comercialização de derivados de petróleo; o IGEO mostrou o potencial geológico da província de Benguela e de outras regiões, com destaque para técnicas de análise mineralógica.

A Sonangol levou à FMCA informações sobre a sua rede de distribuição de combustíveis e gás doméstico, além de investimentos em energias renováveis; A Endiama destacou o campus universitário em construção em Saurimo, inaugurado a 14 de Agosto do ano em curso, orçado em 69 milhões de dólares, com capacidade para mais de 500 estudantes; o INP apresentou tecnologias de soldadura virtual e equipamentos de perfuração, para formação técnica certificada e a Sodiam expôs as suas acções sociais, como a construção e reabilitação de escolas no Namibe e na Lunda-Sul.

José Barroso, elogiou a presença das instituições do Sector em único Stand. “Foi uma decisão acertada reunir num mesmo espaço todas as empresas e instituições. Parabéns às equipas pela excelente preparação!”, disse.

A participação integrada das instituições tuteladas na FMCA 2025, reafirmou o empenho do Sector em aproximar-se das comunidades, divulgar suas actividades e consolidar o papel dos recursos minerais e hidrocarbonetos no desenvolvimento sustentável de Angola.

A Feira das Cidades e dos Municípios de Angola (FMCA) é um evento anual que reúne representantes das 21 províncias e centenas de municípios do país com o objectivo de promover o desenvolvimento local e a descentralização administrativa, exibir projectos e iniciativas dos governos provinciais e municipais, atrair investimento privado para diferentes regiões, valorizar a cultura, produção e identidade local e fomentar parcerias público-privadas.

IRDP APRESENTA O BALANÇO DO SEGUNDO TRIMESTRE 2025



O responsável explicou que as quantidades adquiridas representaram uma redução de aproximadamente 18% em relação ao trimestre anterior. O país contou com uma capacidade instalada de armazenagem de combustíveis líquidos, em terra, de 675.968 m³ que se manteve inalterada em relação ao trimestre anterior.

Acrescentou que, no final do trimestre, foi registada a existência de 1.204 Postos de abastecimento, dos quais 919 em estado operacional.

Em termos de quota de mercado em volume de vendas, a Sonangol Distribuidora e Comercialização

No segundo trimestre de 2025, o mercado dos derivados do petróleo adquiriu, para comercialização, 942.565 Toneladas Métricas de combustíveis líquidos, das quais, cerca de 59,6% corresponde ao Gasóleo, 25% à Gasolina, 7,3% ao Fuel Oil, 6,7% ao Jet A1, ao Petróleo iluminante 0,1% e o restante 0,5%, correspondente ao asfalto.

A informação foi prestada pelo Diretor Geral do Instituto Regulador dos Derivados de Petróleo (IRDP), a 14 de Agosto, em Luanda, na reunião de balanço das actividades do Segmento dos Derivados de Petróleo. Luís Fernandes informou que as referidas aquisições dos combustíveis líquidos foram provenientes da Refinaria de Luanda (34,5%), da Cabgoc-Topping de Cabinda (1,5%) e da importação (64%).

mantém a liderança com 62,8%, seguida da Pumangol com 20,4%, a Total Energies Marketing Angola com 7,5%, a Sonangalp com 7,3% e a Etu Energias com 2,1%.

Para os combustíveis gasosos, o Director-Geral do IRDP sublinhou que, durante o período em análise, foram introduzidas no mercado interno cerca de 123.587 TM de gás de cozinha (GPL), das quais, 49,4% provenientes da Fábrica Angola LNG, 12,2% do Sanha, 5,6% da Refinaria de Luanda, 2,0% do Topping de Cabinda e 32,9 da importação.



SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS: BREVE EXPLICAÇÃO E DIFERENÇAS

A presença de **siglas** nas mais diversas áreas do conhecimento é reflexo da sociedade contemporânea, que valoriza a economia e a agilidade na comunicação, tanto oral quanto escrita.

É comum encontrarmos instituições, organizações, comissões, agências e outros organismos que utilizam siglas ou acrónimos nas suas denominações, sendo essas formas cada vez mais frequentes no dia-a-dia.

Origem Histórica

O uso de siglas remonta à Antiguidade. Segundo estudiosos, elas teriam sido utilizadas pelos gregos e transmitidas aos romanos. Inicialmente, foram empregues para designar figuras religiosas, como Jesus Cristo (ex.: a. C. - antes de Cristo / d. C. - depois de Cristo).

Conceitos Fundamentais

Usamos diariamente as abreviaturas, as siglas e os acrónimos. No entanto, nem sempre o fazemos da forma mais correcta. Isto acontece porque não os distinguimos entre eles. Afinal, o que são abreviaturas, siglas e acrónimos?

Abreviaturas: letra ou letras de uma determinada palavra que a representam de forma encurtada. Deveriam terminar sempre com um ponto final, embora já seja comum, em alguns casos específicos, isto não se verificar. É exemplo disso a abreviatura de «Excelentíssimo: Exmo, Ex.^{mo} ou Ex.mo. Sempre que possível, devemos optar pelas duas últimas formas.

Siglas e acrónimos: são a compactação de uma ou mais palavras e não têm ponto final a separar as letras que as representam.

A etimologia da unidade lexical sigla é atribuída à mesma forma oriunda do latim, uma redução de sigilla, “caracteres isolados”.

A definição de sigla inclui o conceito de acrónimo, confirmando a dupla vertente que atribuímos à sua definição. Assim, ao acrónimo corresponderá o “groupe de lettres” que refere na sua definição de sigla.

Mas o que as distingue?

Tanto as siglas como os acrónimos são letras que na sua combinação representam palavras.

O que distingue uma sigla de um acrónimo é a forma como a lemos. No caso das siglas, lemos a palavra letra a letra. No caso dos acrónimos, lemos a palavra como se fosse uma só. Por exemplo, TPA é uma sigla porque se lê a palavra letra a letra, ou seja, «T-Pê-Â». Já PALOP é acrónimo porque lemos «palop» e não «Pê-Á-Éle-Ó-Pê».

Sempre que possível, devemos escrever as siglas em português. No entanto, isto pode implicar alterar a ordem das siglas, como é o caso da NATO (**North Atlantic Treaty Organization**) que em português fica OTAN (**Organização do Tratado do Atlântico Norte**).

Tendo em consideração este conjunto de aspectos, consideramos a **sigla** como:

a. A letra inicial de cada uma das unidades lexicais ou terminológicas simples que constituem a extensão, com excepção para as palavras funcionais, que raramente entram na sua constituição;

b. É pronunciada letra a letra. Ex.: AG (Assembleia Geral); BVA (Bolsa de Valores de Angola);

c. A sua presença manifesta-se quer na oralidade e na escrita.

Entendemos por **acrónimo**:

a. As letras iniciais ou sílabas, quase sempre iniciais, da extensão, com excepção para as palavras funcionais, que raramente entram na sua constituição. O acrónimo é formado por composição e pode ainda ocorrer como letra inicial de cada um dos elementos da extensão, pronunciados como uma palavra. Ex.: OPA (Organização dos Pioneiros Angolanos), PIB (Produto Interno Bruto), MIREMPET;

b. É pronunciado silabicamente à semelhança de uma palavra. Ex.: SONILS (Serviços Integrados de Logística da Sonangol). **a.** Quando assume o estatuto de palavra, passa a ser considerado como um nome comum, perdendo-se a noção da sua origem acronímica. Ex.: “laser”, “radar”, “sida” são acrónimos que se fixaram como nomes comuns nos dicionários;

c. Ocorre na linguagem escrita e falada, à semelhança da sigla.

Considerações Finais

A rapidez da vida moderna não permite o uso constante de expressões longas. Assim, o pensamento humano adapta-se por meio de formas reduzidas como siglas, acrónimos e abreviaturas — familiares para especialistas, mas muitas vezes desconhecidas pelo público em geral.



**INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025**

Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor

As acácias africanas comunicam-se entre si através da emissão de gases, como o etileno, para alertar outras árvores sobre a presença de animais herbívoros famintos, como as girafas. Ao perceberem o sinal, as acácias próximas aumentam a produção de tanino, uma substância tóxica que torna as suas folhas menos apetecíveis para os animais.

Este comportamento é um exemplo de comunicação entre árvores, onde elas utilizam substâncias químicas para compartilhar informações sobre ameaças e proteger-se mutuamente.

SUGESTÃO DE LEITURA



Por: **Alexandre Sousa**
Técnico de Comunicação

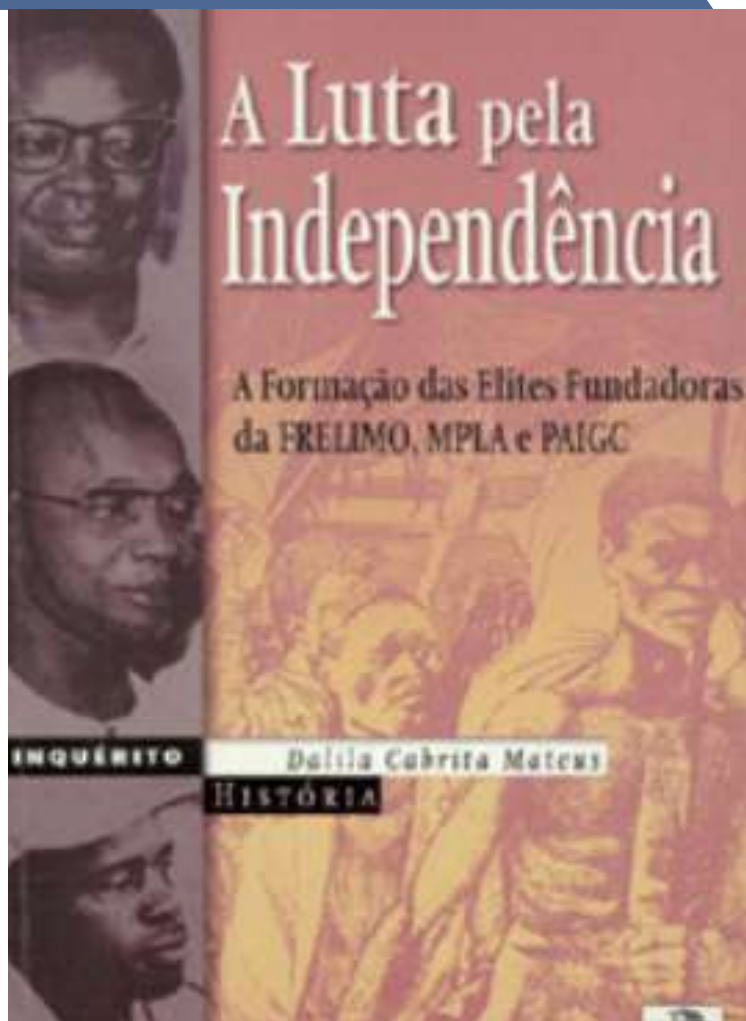
A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA A FORMAÇÃO DAS ELITES FUNDADORAS DA FRELIMO, MPLA E PAIGC, DE DALILA CABRITA MATEUS

Neste estudo, editado pela Editorial Inquérito, em 1999, fruto de uma dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, concluída no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 1998, a historiadora Dalila Cabrita Mateus mergulha nas raízes históricas da formação das elites africanas, que estiveram na génese dos principais movimentos de libertação nacional, nos territórios sob domínio colonial português: FRELIMO (Moçambique), MPLA (Angola) e PAIGC (Guiné-Bissau).

A obra estrutura-se em três momentos-chave de análise:

1. O impacto da política de assimilação colonial na formação das elites africanas;
2. A influência dos contextos urbanos coloniais na emergência do pensamento independentista;
3. A formação das elites em Portugal e o papel decisivo das influências externas, quer ideológicas, como militares, nos processos de mobilização e luta armada.

Destaca-se particularmente a parte final do livro, alicerçada em investigação original, com acesso a fontes primárias, nomeadamente os arquivos da PIDE/DGS e testemunhos



orais, que conferem à narrativa rigor, densidade e inovação.

A autora constrói um discurso crítico, coerente e fundamentado, centrado numa perspectiva afro-centrada, que questiona não só os legados da colonização, mas também o papel das sociedades africanas na apropriação (e subversão) das lógicas impostas pelo domínio europeu.

Ao mesmo tempo, Dalila Mateus não ignora os factores externos que alimentaram a persistência da guerra colonial, desmontando a ideia de que Portugal enfrentou o colapso do seu império de forma isolada.

A obra suscita ainda reflexões pertinentes sobre o papel das elites crioulas e urbanas na génese dos movimentos de libertação, embora se possa notar algum desequilíbrio no tratamento dos diferentes contextos coloniais.

Uma leitura essencial para quem procura compreender os alicerces históricos, sociais e políticos da luta anti-colonial na África lusófona, e o percurso das figuras que moldaram o século XX, nos PALOP.

Dalila Cabrita Mateus (1952–2014), natural de Viana do Castelo, foi professora e historiadora especializada em

história colonial e das lutas de libertação africanas. Doutorada em História Moderna e Contemporânea, investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH e colaboradora do projecto internacional ALUKA, é autora de várias obras de referência, entre as quais "A Luta pela Independência" (1999); "A PIDE-DGS na Guerra Colonial" (2011); "Memórias do Colonialismo e da Guerra" (2008); "Nacionalistas de Moçambique" (2010); "Angola 61: Guerra Colonial, Causas e Consequência" (2011); e a "Purga em Angola"(2013).

REFLEXÃO

ANGOLA E A OPEP: UMA DECISÃO ESTRATÉGICA, NÃO UM ACTO DE ISOLAMENTO



Por: **Estevão Pedro**

(Ex.-Governador de Angola junto da OPEP)

A decisão de Angola cessar a sua participação na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tem gerado legítimos debates, mas também, do nosso ponto de vista, leituras apressadas, desequilibradas e, por vezes, desinformadas. Um artigo recentemente divulgado, com críticas à saída de Angola da OPEP, carece de rigor analítico e ignora aspectos centrais da realidade do sector petrolífero nacional, das dinâmicas globais e dos mecanismos de funcionamento daquela organização.

Neste texto, procuramos rebater ponto por ponto as principais alegações feitas, com base em factos, contexto e racionalidade estratégica.

Alega-se que, de 2024 até à presente data, “não houve um aumento significativo na produção de petróleo bruto a nível nacional”. Reconhecemos que, de Janeiro de 2024, até agora, a produção não aumentou significativamente. Também é verdade que nunca se prometeu tal subida com a saída de Angola da OPEP. O objectivo central foi restaurar a autonomia de produção, libertando Angola de quotas que limitavam investimentos em exploração e desenvolvimento de novos campos.

Caso Angola permanecesse na OPEP, teria sido obrigada a realizar cortes efectivos na sua produção, o que tornaria a sua posição insustentável. A saída evitou um cenário em que seríamos forçados a sacrificar investimentos e consequentemente a redução de receitas devido a política de quotas desequilibrada.

O articulista afirma que “não se observaram novos investimentos estruturantes no sector de Petróleo e Gás que justificassem essa desvinculação”. Esta afirmação ignora mudanças já em curso: o relançamento de actividades nos campos marginais, a flexibilização contratual, a adjudicação de novos blocos tanto no mar como em terra, e o interesse renovado de operadores estrangeiros e nacionais em investir no sector petrolífero nacional, são sinais claros de que a decisão criou um ambiente mais favorável ao investimento. Estes investimentos têm ciclos próprios e não produzem efeitos imediatos.

Quanto à afirmação de que “Angola perdeu todos os instrumentos de protecção e estabilidade que a OPEP oferecia aos seus membros”, importa clarificar que a OPEP não oferece mecanismos financeiros ou outros quaisquer de protecção. O que existe é apenas coordenação política, muitas vezes assimétrica e nem sempre benéfica para países com níveis de produção como de Angola. Países como o Equador, a Indonésia ou o México (que nunca aderiu à organização, mas cooperou pontualmente) optaram por políticas petrolíferas mais autónomas, baseadas nas suas prioridades internas.

Na OPEP, grandes, pequenos e médios produtores são frequentemente chamados a cortar a produção para sustentar os preços globais, beneficiando inclusive países que nem fazem parte da organização, como os EUA e o Brasil.



Alega-se que “Angola deixou de beneficiar dos mecanismos de compensação nos momentos de baixa do preço do barril de petróleo”. Tal afirmação denota desconhecimento sobre o funcionamento da OPEP. Não existem mecanismos automáticos de compensação financeira. A organização não dispõe de fundo de estabilização nem distribui apoio financeiro aos seus membros em tempos de crise. Angola, fora da OPEP, continua com acesso aos mercados e pode ajustar a sua produção segundo as suas capacidades, necessidades fiscais e económicas.

O articulista insinua que o país “perdeu, igualmente, a voz nas decisões colectivas que influenciam os mercados internacionais”. Angola sempre participou com dignidade na OPEP, mas a sua capacidade de influenciar decisões era naturalmente limitada pelo seu volume de produção. Fora da OPEP, Angola mantém a sua voz diplomática em fóruns bilaterais e multilaterais relevantes, onde continua a defender os seus interesses.

Alega-se que “renunciar a esse espaço de diálogo e coordenação estratégica parece-nos um erro elementar”. Angola não renunciou ao diálogo. Continua aberta à cooperação e à concertação energética global, mas sem abdicar do direito de definir a sua política de produção petrolífera. A saída de Angola da OPEP foi uma decisão técnica e estratégica, não um gesto de afastamento ou confronto. Mas, na prática, Angola esgotou todas as vias negociais para rever a sua quota de produção petrolífera.

As decisões tendiam a favorecer os interesses das grandes potências produtoras, deixando os países de média e pequena escala com pouco espaço de manobra.

Circulam nas redes sociais e em alguns “sites” afirmações de que “a narrativa do Executivo falhou em explicar, de forma transparente, as verdadeiras motivações”. O Executivo foi claro: a permanência na OPEP impunha limitações incompatíveis com a necessidade de estabilizar a produção petrolífera nacional e atrair investimentos. A decisão foi comunicada publicamente, com explicações técnicas, políticas e económicas.

Questiona-se se “terá sido um gesto de aproximação a determinados interesses estrangeiros?” Tal insinuação carece de fundamento. A decisão foi soberana, orientada por critérios de interesse nacional e análise económica rigorosa. Projectos como o Corredor do Lobito são de natureza distinta e não têm qualquer relação com a saída de Angola da OPEP.

Afirma-se que “as alianças internacionais devem servir o povo angolano”.

Concordamos inteiramente. E foi justamente para proteger os interesses do povo angolano que se decidiu recuperar a autonomia de decisão sobre a produção nacional. A política externa deve ser soberana e orientada para resultados concretos, não para compromissos automáticos.

O articulista afirma que “não se vislumbra nenhum ganho nacional até ao momento”. Os ganhos estruturais não são imediatos. O primeiro benefício foi evitar cortes que inibiriam investimentos e consequentemente acelerariam o declínio da produção, preservando receitas e estabilidade. Os investimentos facilitados pela flexibilidade contratual e regulatória trarão efeitos visíveis a médio prazo, essencialmente na reversão do declínio elevado da produção.

Diz-se que “precisamos de recuperar a confiança dos mercados”. A previsibilidade, a transparência e a coerência institucional foram reforçadas com esta decisão. Os mercados valorizam estabilidade e racionalidade económica. Foi isso que Angola demonstrou ao tomar uma posição clara, mesmo que difícil.

Quanto à sugestão de que “devemos trabalhar pelo regresso de Angola à OPEP como passo estratégico”, importa deixar claro que um eventual regresso poderá ser ponderado no futuro, se for compatível com os objectivos de Angola. No momento actual, as exigências da OPEP implicariam cortes inoportunos para um país que precisa de preservar receitas e assegurar estabilidade orçamental.

O articulista afirma ainda que “o povo continua a sofrer com o desemprego, a inflação, a degradação dos serviços públicos e outros desafios na saúde e educação”. Essa constatação, embora verdadeira, reforça precisamente a necessidade de Angola preservar estabilidade na sua produção petrolífera. O país atravessa uma fase de declínio natural da produção, e impor cortes adicionais — como exigidos pela OPEP — agravaria esse declínio, comprometendo grande parte das receitas que sustentam os serviços públicos.

A saída da OPEP permitiu manter os níveis actuais de produção por mais tempo, assegurando previsibilidade fiscal e maior capacidade de planear o financiamento de políticas públicas, sobretudo nas áreas mais sensíveis à população.

Entre outras desconexões, o articulista sustenta que “a saída da OPEP, em termos de contribuição real na vida da população, não trouxe qualquer benefício perceptível”. É compreensível que os efeitos não sejam imediatos. No entanto, a principal vantagem da decisão foi evitar um agravamento do declínio da produção, o que teria impacto directo na arrecadação de receitas públicas.

Se Angola tivesse permanecido na OPEP, teria limitado drasticamente a capacidade do Estado de financiar salários, projectos sociais e investimentos prioritários. Ao sair da organização, Angola garantiu a possibilidade de manter estável, por mais anos, o seu nível actual de produção petrolífera — condição essencial para preservar receitas, proteger empregos e sustentar a estabilidade económica.

Por fim, o artigo apela ao Executivo que “reavalie a decisão (saída da OPEP)”.

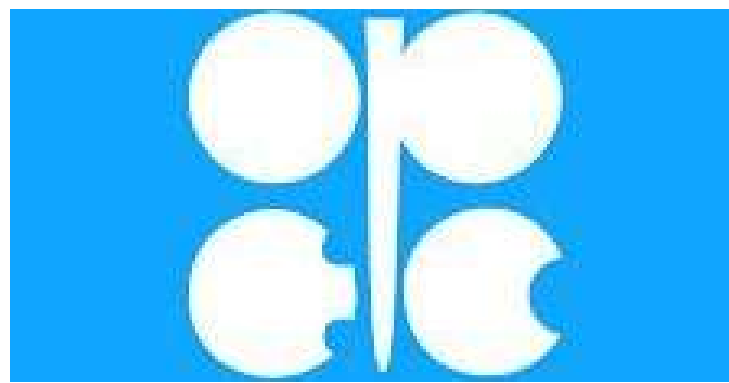
Trata-se de um apelo legítimo, mas que parte de uma leitura parcial da realidade. A decisão foi tomada com base em estudos técnicos, em coerência com o novo modelo de governação do sector e no exercício pleno da soberania nacional. Angola não rompeu com o mundo. Apenas reposicionou-se.

Depois de rebatermos as principais questões levantadas, importa reafirmar que a saída de Angola da OPEP deve ser entendida como parte da implementação de um novo modelo

de governação do sector petrolífero: mais transparente, mais ágil e mais adaptado à realidade nacional.

Se Angola tivesse permanecido na OPEP, estaria hoje obrigada a reduzir ainda mais a sua produção, mesmo operando abaixo da sua capacidade. Tal cenário seria inoportuno num momento em que o país precisa de preservar receitas e proteger os seus interesses.

É igualmente necessário desmistificar certas percepções: a OPEP não oferece mecanismos automáticos de compensação financeira, nem protege os seus membros contra a volatilidade do mercado. A organização actua por via da coordenação política e técnica, mas não garante estabilidade de preços nem assegura qualquer tipo de apoio directo em tempos de crise.



Angola, enquanto membro, nunca beneficiou de qualquer instrumento concreto de apoio ou protecção económica. Além disso, a OPEP apresenta assimetrias estruturais: países de pequena e média dimensão, como Angola, são frequentemente chamados a fazer sacrifícios em nome de uma estabilidade que beneficia também produtores não-membros — sem que estes contribuam para o esforço colectivo.

A saída da OPEP não é um caso isolado nem um erro estratégico. É uma decisão que outros países tomaram em contextos semelhantes, sempre que se tornou evidente que a lógica colectiva da organização já não servia os seus interesses nacionais. Angola não se isolou.

Apenas decidiu que não podia continuar a ser parte de um pequeno grupo que tenta carregar o peso da estabilização global, enquanto outros colhem os frutos sem partilhar os custos.

Não se trata de isolamento, mas de soberania. Não se trata de ruptura, mas de reconfiguração estratégica. E o tempo demonstrará que Angola fez o que tinha de fazer: defender o seu futuro.



ISAÍAS SIMÃO AFONSO

Mais de 40 anos de serviço público com coragem, resiliência e dignidade.

Nesta 83ª edição do INSIGHT MIREMPET, apresentamos Isaías Simão Afonso, funcionário exemplar que se aproxima da merecida reforma, após mais de quatro décadas de dedicação ao Estado angolano. A sua história é um testemunho de humildade, profissionalismo e compromisso com o serviço público.

Nascido a 28 de Agosto de 1964 no Município do Bailundo, província do Huambo, Isaías é filho de Simão Afonso e Laureta Catanha, cresceu em meio de dificuldades, numa Angola ainda sob domínio colonial.

Entre 1970 e 1974, fez o ensino primário, tendo de se deslocar da aldeia para viver com familiares, enfrentando os desafios da época com determinação.

Em 1979, com apenas 15 anos, ingressou na “vida militar”, servindo até 1986, em várias frentes: Bailundo, Huambo, Malanje e Uíge. Recebeu formação de Tanquista no Grafanil, em Luanda, com instrutores russos. Foi desmobilizado após um acidente grave, ao saltar de um caminhão, que havia accionado uma mina, lesionando o joelho, mas não deixou que as limitações físicas o impedissem de continuar a contribuir para o país.

De 1980 a 1987, trabalhou na FILDA, como técnico de montagem de pavilhões.

Posteriormente, integrou o Instituto do Comércio (EDIMBA), que encerrou por má gestão.

Em 2000, foi convidado pela Dra. Rosa Assis, consultora do

então Ministro da Geologia e Minas, Dr. Manuel Bunjo (em memória), para ocupar uma vaga de motorista. Após ser aprovado nos testes, passou a apoiar o Gabinete do Ministro, cargo que exerceu com zelo e responsabilidade.

Isaías Afonso serviu durante a gestão dos ministros Manuel Africano, Mankenda Ambroise, Joaquim David e Francisco Queiroz. Actuou também no Gabinete de Obras Especiais da Presidência da República (GOE), onde participou em obras de

requalificação em zonas como Quinanga, Futungo de Belas e Zango.

Depois da fusão dos Ministérios da Geologia e Minas, e o dos Petróleos, integrou a Secretaria-Geral do MIREMPET e, desde 2024, continua a desempenhar as suas funções com humildade e profissionalismo no Gabinete do Ministro Diamantino Azevedo.

Prestes a se reformar, Isaías deixa uma mensagem de gratidão e sabedoria que resume a sua filosofia de vida: “Dou graças a Deus e aos chefes que sempre responderam positivamente quando precisei. Trabalhem com humildade, respeitem o trabalho e ele dará dignidade”.

Isaías recorda com profunda emoção o dia da Independência Nacional. Tinha apenas 11 anos, mas já compreendia que aquele momento mudaria o rumo da história de Angola.

Segundo o “Rosto da Casa”, o ambiente era de esperança e transformação. Contou que as palavras dos mais velhos ecoam até agora na sua memória e têm servido de inspiração para a sua dedicação ao serviço público: “A partir de agora, tudo mudou. Seremos nós a mandar e a dirigir o nosso destino”.

Essas palavras, carregadas de orgulho e responsabilidade, marcaram Isaías e, mesmo jovem, ele entendeu que a liberdade vinha acompanhada do dever de construir um país melhor e foi com esse espírito que dedicou sua vida ao serviço público.

"O Campus da Universidade Lueji A'Nkonde que inauguramos, no Dundo patrocinado pela ENDIAMA, é a concretização de um compromisso do Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás com a transformação social. É um investimento estratégico na juventude da região, do país e na criação de oportunidades que lhes permitam contribuir activamente para o desenvolvimento local e nacional".

Ministro Diamantino Azevedo, na cerimónia de inauguração do Campus da Universidade Lueji A'Nkonde do Dundo, Lunda Norte, 14.8.2025.



"Foi uma decisão acertada reunir num mesmo espaço todas as empresas e instituições. Parabéns às equipas pela excelente preparação".

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, na Feira de Cidades e Municípios de Angola, Benguela, 09.08.2025.

"Queremos construir uma logística de petróleo igual à de Angola".

Ministro da Indústria, Minas e Energia da Namíbia, Natangwe Ithate. 07.08.2025



"O simulador possibilita a prática virtual de diferentes tipos de soldadura, incluindo Mig, Mag e Tig, considerada uma das mais complexas e caras do mundo e soldadura com eléctrodo revestido".

Formador do INP, Wilson Fernandes, na Feira de Cidades e Municípios de Angola, Benguela, 10.08.2025.

"Aproveitei para reforçar a boa relação com a ANRM, presente no nosso município, e temos o interesse em aproveitar os serviços das instituições do sector mineiro e petrolífero para estudos de solos e projectos futuros".

Administradora do Talatona, Sandra Caetano Batalha, na FMCA , Benguela, 11.07.2025



"Naquela altura, produzíamos cerca de 100 mil barris de petróleo por dia, hoje, produzimos 1,2 milhões, ou seja, dez vezes mais. O grande desafio é aumentar a participação angolana, dos nossos quadros e da nossa capacidade de diversificação, de forma a reforçar o contributo nacional na execução dos trabalhos do sector e no desenvolvimento do país".

Antigo Director-Geral Adjunto da Sonangol, António Manguera, na Palestra sobre História do Sector, 14.08.25



“História do Sector Mineiro e Petrolífero ao Longo dos 50 Anos de Independência Nacional” foi o tema da palestra promovida, a 14 de Agosto, pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás com o objectivo de criar um momento de partilha de testemunhos e factos marcantes da indústria extractiva, desde 1975.

O encontro contou com a intervenção de figuras de reconhecida experiência, designadamente: Paulino Neto, Engenheiro de Minas e Professor Universitário; Raúl Fernandes, antigo Secretário-Geral do extinto Ministério da Geologia e Minas; Carlos Amaral, antigo Vice-Ministro da Energia e ex-PCA da ACREP; e António Mangureira, antigo Director-Geral Adjunto da Sonangol.

O Secretário de Estado para o Petróleo e Gás procedeu a abertura da sessão. José Barroso sublinhou que o evento se insere nas orientações do Executivo que incentivam as instituições a promoverem actividades de carácter sócio-político e cultural, de modo a permitir que todos os trabalhadores do sector, bem como o público em geral, participem activamente nas celebrações dos 50 anos da independência de Angola.

O governante destacou ainda que, actualmente, o Sector é mais transparente e competitivo, o que tem permitido atrair maior e melhores investimentos privados. “Primeiro, é preciso aprender com o que foi feito ao longo destes 50 anos e consolidar a nossa indústria.

A maior preocupação, hoje, é diversificar e, no futuro, associar esse esforço à inovação, criatividade e evolução técnica, de forma a garantir que o Sector continue a desempenhar um papel estratégico na nossa economia”, ressaltou.

Para o prelector, Paulino Neto, as principais dificuldades que o Sector enfrenta agora, prendem-se com o financiamento de projectos, mas acredita que, com as reflexões que têm sido partilhadas, pode-se extrair subsídios importantes para encontrar o caminho que permitirá alavancar para patamares mais elevados.

António Mangureira recuou no tempo para comparar a evolução da produção petrolífera desde a independência. “Naquela altura, produzíamos cerca de 100 mil barris de petróleo por dia, hoje, são 1,2 milhões, ou seja, dez vezes mais. Ainda assim, devemos ter sempre em mente que é possível e necessário fazer melhor. O grande desafio é aumentar a participação angolana, dos nossos quadros e da nossa capacidade de diversificação, de forma a reforçar o contributo nacional na execução dos trabalhos do Sector e no desenvolvimento do país”.

Por seu lado, o Consultor do Ministro, Mankenda Ambroise, o moderador da palestra, classificou-a

como um “exercício” que permitiu revistar a trajectória da independência de Angola e também conhecer as conquistas e as dificuldades, até aqui vivenciadas. “Devemos continuar o estudo e a investigação geológica do território nacional, de forma a aumentar o potencial

que já conhecemos e também pensar na preparação dos quadros angolanos para dar continuidade a estas actividades”, considerou. Participaram no evento funcionários do MIREMPET e dos Serviços Superintendidos.



AGENDA

- 26 a 28.08 – Expo Catoca 30 Anos, Luanda.
- 03 e 04.09 - Conferência Oil & Gas, Luanda.
- 24 a 26.09 - XI Reunião do Conselho Consultivo do MIREMPET, Ondjiva.
- 22 e 23.10 - Conferência Internacional de Minas de Angola (AIMC), Luanda.
- 30 e 31.10 - Conferência Anual do Conteúdo Local, Luanda.

FICHA TÉCNICA

Director: Luciano Canhanga

Supervisora: Cristina Cunha

Coordenador: Belarmino Gomes

Redacção: Alexandre Sousa, Nelson Muanha, Feliciano Luzayamo e Francisco Magalhães

Colaboração: Estevão Pedro

Paginação: Organizações HOTCHALI



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS
AOS ANIVERSARIANTES DO MÊS DE AGOSTO 2025
MUITAS FELICIDADES!

JOANA BRAGA



GS
02/08

CARMELINA FERNANDES



GRH
03/08

NTIKA RICARDO



GEPE
04/08

ROSSANDRA MARTINS



DNFCL
04/08

INÊS ANTÓNIO



DNRM
07/08

JOÃO CASSANGI



SG
07/08

DOMINGOS AGOSTINHO



DNFCL
07/08

EVALINA TCHANGUEDELA



SG
08/08

FRANCISCO MAIALO



GJ
08/08

CLAUDETH SOBRINHO



SG
08/08

NSIMBA KUPESSA



GEPE
09/08

TERESA NARCISO



GRH
10/08

CARMO CANGUARI



GTICI
10/08

EDALTINA CARLOS



DNRM
10/08

ANDRÉ GOMA



DNFCL
13/08

OLÁVIO DA FIDADE



GS
15/08

CLÁUDIA DOS SANTOS



GEPE
16/08

ANTÓNIO QUEIRÓS



DNFCL
19/08

NGANGA OFICIAL



GRH
20/08

EMANUEL LOPES



GSERM
20/08

LUÍS ANTÓNIO



GI
20/08

LUPINA SUNGUDICA



GS
22/08

ELIZABETH BASÍLIO



GRH
24/08

MADEIRA DA CRUZ



DNRM
24/08

ANA DE SOUSA



GEPE
25/08

AVELINO DAMBA



SG
26/08

OSVALDINA DOMÍNGOS



DNSEA
27/08

ALFREDO SAMUSSUCO



DNFCL
28/08

ISAÍAS AFONSO



SG
28/08

MÁRIO DE SOUSA



GM
31/08

ISABEL CUBALA



DNRM
31/08

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por “MIREMPET” é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospeção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da proteção do ambiente

DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro - Diamantino Pedro Azevedo

Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Jânio da Rosa Corrêa Victor

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás - José Alexandre Barroso

SERVIÇOS DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira

Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lúcia Lopes

Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garmacho

Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérta Oliveira

SERVIÇOS EXECUTIVOS DIRECTOS

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tanganha

Director Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário-Geral - Américo da Costa

Directora do Gabinete de Recursos Humanos - Paula Fernandes

Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas - Alexandre Joaquim Garrett

Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez

Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António

Directora do Gabinete Jurídico - Eunice Ferraz

Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional - Luciano Canhanga

ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo

Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha

Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins

Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior

Sodiam - Eugénio Bravo da Rosa

Instituto Geológico de Angola - José Manuel

Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Luís Fernandes

Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim

Comissão Nacional do Processo Kimberley - Estanislau Buio